

Sobre a distinção argumentativa entre a área da lógica e a ética

8

*On the argumentative distinction between
the field of logic and ethics*

Itamar Soares Veiga*

Resumo: Esta investigação trata da diferença entre as áreas da filosofia, mas essa diferenciação necessita de uma forma plausível e não dogmática em seu proceder. Para encontrar uma forma de diferenciar cada área interna da filosofia, utilizou-se uma comparação inicial com as ciências e se buscou o processo argumentativo como um fator principal de diferenciação. Isso se expressa mais diretamente no problema de pesquisa, que visa a investigar se as diferentes áreas filosóficas também possuem diferentes processos de argumentação. A relevância desta investigação se encontra na identificação de determinadas tensões entre as áreas filosóficas. O resultado mostra que os diferentes conteúdos tratados pelas distintas áreas filosóficas exercem um efeito importante sobre os processos argumentativos. Para fins de delimitação, optou-se por duas áreas da filosofia: a lógica e a ética.

Palavras-chave: Processo de argumentação. Ética. Lógica. Proposição.

Abstract: This research deals with the differences between the areas of philosophy. But this distinction requires a plausible and not dogmatic in his ways. To find a way to differentiate each inner area of philosophy, we used an initial comparison with the sciences and seek to the argumentative process as a major factor of differentiation. It takes the form most directly in the research problem, which aims to investigate whether the different areas of philosophy, also have different processes of argumentation. The relevance of this research is to identify certain philosophical tensions between the areas. The results show that the different content treated by different philosophical areas has an important effect on the argumentative processes. For purposes of definition, we chose two areas of philosophy: logic and ethics.

Keywords: Processes of argumentation. Ethics. Logic. Proposition.

* Doutor em Filosofia. Professor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UCS.

O estudo da filosofia se divide em áreas internas, que podem ser assim denominadas: metafísica, ética, política, lógica, epistemologia, estética, política, antropologia filosófica e, ainda, outras denominações mais específicas. Essas divisões são acompanhadas por um conjunto igual de características distinguídas. A caracterização desse conjunto deve ser suficientemente clara e profunda para marcar a identidade de um campo ante outro. Mas, a despeito da distinção de suas áreas internas, a filosofia, como um todo, precisa também de uma caracterização clara e profunda. A explicação da sua homogeneidade resulta em uma consideração necessária sobre o que a filosofia é e, também, sobre o que ela faz como atividade ou prática humana.

Essas considerações amplas na forma de perguntas: O que é a filosofia? e O que ela faz? podem ser consideradas como elementos retóricos de uma exposição que oculta o ponto de partida e já desenvolve um percurso. Não se pergunta pela origem da filosofia e do filosofar, mas se aceita a sua existência e a sua prática. Não obstante essas pressuposições, vamos tomar esse percurso como uma possibilidade efetiva de exposição. Assim, as duas respostas igualmente amplas que podem ser dadas às perguntas acima, são: a filosofia é a busca da verdade e, nisso, ela conseguiu se diferenciar da sofística grega. E sobre o que ela faz, como atividade ou prática humana, a resposta é: a filosofia desenvolve processos de argumentação. Nesse sentido, o seu *fazer* é o resultado da compreensão do processo de ação e não o resultado da compreensão de suas consequências, das consequências que resultariam do filosofar.¹

Em relação a essa definição de prática ou atividade humana por parte da filosofia, um outro elemento demarcatório é necessário. Esse elemento exige a caracterização dos processos de argumentação, separando aqueles pertinentes à filosofia de outros processos de argumentação não filosóficos. Essa demarcação é mais complexa do que pode nos prover uma resposta ampla. Então, para desenvolvê-la, vamos nos remeter aos processos argumentativos das ciências. Assim, o enfoque terá uma opção dual: a filosofia e as ciências, deixando os demais processos argumentativos, que não se encaixam nessa opção dual, para um trabalho posterior.²

¹ A compreensão das consequências que resultariam do filosofar envolveriam outras áreas de conhecimento como a matemática, a política, a sociologia, etc.

² Os outros processos de argumentação seriam, por exemplo, os processos de argumentação em um modo informal não meramente lógico. Exemplos desses tipos de argumentação, como o diálogo persuasivo e outros podem ser vistos em Walton (2006, Capítulos 1 e 2).

Os processos de argumentação da filosofia se diferenciam dos processos de argumentação das ciências em função do seu direcionamento. Cada ciência possui um campo de objetos previamente delimitado por seus conceitos fundamentais, ao passo que, na filosofia, os objetos de estudo são consideravelmente menos diversificados. O conteúdo empírico, trabalhado pelas ciências em seus objetos de estudo, as conduz a uma diversidade. E a filosofia, no seu trabalho sobre o conteúdo abstrato, a conduz para uma unidade no todo.³ A filosofia, diferentemente da ciência, não se diversifica pelos objetos de estudo, mas pelas abordagens diferenciadas. Na filosofia a menor mutabilidade dos objetos de estudo, em comparação com as ciências, é exemplificada na persistência desses mesmos objetos de estudo em problemas filosóficos que perduram ao longo da história ocidental. Mas, nas ciências, ao buscarem seus problemas em regiões de objetos previamente delimitadas,⁴ assumem nos problemas de pesquisa uma orientação pré-delineada. Isso faz com que cada ciência seja marcada por conceitos fundamentais, os quais definem uma região de objetos específica, diferente de outra região e, nessa definição, os objetos de estudo são influenciados por uma época histórica e pela exploração dos limites da mesma.⁵

³ O filósofo italiano Severino expõe muito claramente essa relação entre uma unidade (que é a busca da verdade) e o todo. Vejamos as seguintes passagens: (a) “Com o nascimento da filosofia e pela primeira vez, o pensamento atravessa, sem se deixar distrair, a infinita riqueza das coisas: dirigir-se ao todo significa percorrer o confim extremo, para lá do qual *nada* existe e conseguir vislumbrar a *reunião em conjunto* das coisas mais diferentes e mais antitéticas, a sua *reunião* numa suprema *unidade*”; (b) “Teremos que regressar ainda ao sentido do ‘nada’ e da ‘unidade’ para se distinguir o critério, de que se falou atrás, que permite ao sentido filosófico do ‘Todo’ a exclusão de um resíduo que se encontre no seu exterior. Entretanto, é possível evidenciar a implicação recíproca entre verdade e Todo, da qual partiu esse parágrafo. A evocação do sentido inaudito da verdade implica que nos dirijamos não a esta ou àquela dimensão particular da realidade, mas ao Todo para questionar qual será a verdade inegável e, pela determinação da filosofia de estudar a verdade no todo”; (c) “Desde o seu início a filosofia é o interesse dirigido para o *Todo*, o qual se revela na verdade. O núcleo constantemente presente na história da filosofia não é então apenas constituído pela idéia da verdade – isto é, pela emergência da pura essência da verdade – mas pela relação entre a emergência da pura essência da verdade e a emergência da totalidade das coisas: o núcleo é, precisamente, a *emergência do Todo na verdade*.” (p. 21-23).

⁴ Acompanhamos a definição de Husserl: “Toda objetividade empírica concreta se insere, junto com sua essência material, num gênero material supremo, numa ‘região’ de objetos empíricos. [...] *Toda ciência de fatos (ciência de experiência) tem fundamentos teóricos essenciais em ontologias eidéticas*. Pois é inteiramente manifesto (caso a postulação feita seja acertada) que a investigação dos fatos empíricos não pode prescindir da rica reserva de conhecimentos referentes, de maneira pura, incondicionalmente válida, a todos os objetos possíveis da região – uma vez que estes em parte pertencem à forma vazia da objetividade em geral, em parte ao *eidós* da região, o qual exhibe, por assim dizer, *uma forma material necessária* de todos os objetos regionais.” (2006, p. 44, grifos do autor).

⁵ Os resultados da pesquisa científica são marcados por uma época, através dos interesses da comunidade científica, das técnicas e dos instrumentos existentes, etc. E os resultados da pesquisa científica também podem marcar a passagem de uma época para outra, por isso expressamos que as ciências exploram os limites de uma época.

O importante é constatar que, entre os campos de nosso enfoque dual: da filosofia e das ciências, encontramos uma diferença fundamental. De forma direta, é possível dizer que uma área de conhecimento trabalha com o elemento empírico, e a outra, com o elemento abstrato, sendo esse elemento abstrato condição de possibilidade do trabalho empírico.⁶ Mas, nessa diferença, tanto no caso da filosofia, quanto no caso da ciência, possuem um processo comum que é a argumentação. Por isso, uma caracterização geral da argumentação é necessária. Qual seria a caracterização geral possível?

A caracterização pode ser mostrada em um processo de inferência básico, ou seja, por uma passagem das premissas para a conclusão ou, em outras palavras, do antecedente para o conseqüente. A consideração de que há uma passagem entre ambas as proposições (ou entre dois conjuntos de proposições) é um legado da lógica tradicional. Mas, se pode afirmar também que esse tipo de passagem se consolidou através da evolução do *lógos* grego, quando esse se confrontou com outros modos da linguagem.⁷

A passagem do antecedente para o conseqüente é regulada por regras ou critérios, que são estabelecidos intersubjetivamente. E, igualmente, é intersubjetiva a aceitação de um valor de verdade das proposições, sejam essas proposições do antecedente ou do conseqüente. A aceitação desse valor de verdade se dá diferentemente entre a filosofia e as ciências, pois depende do conteúdo referido na proposição. Esse conteúdo é empírico no caso das proposições científicas (ou o conteúdo remete sempre ao empírico no caso de uma experiência que ainda não pôde ser concretizada) e não empírico no caso das proposições filosóficas. As regras ou critérios que regulam a passagem entre antecedente e conseqüente não são determinadas

⁶ Cf. Stein: "Todo conhecimento empírico é conhecimento pela experiência. Mas também a filosofia é conhecimento pela experiência, ainda que num sentido muito particular: a filosofia é a experiência das possibilidades da experiência." (2002, p. 100). E, também, na mesma obra: "O pensar filosófico não deve ser pensado como trazendo um problema quando o situamos diante do conhecimento empírico. Esse foi o erro da metafísica. O pensar filosófico é a solução para o conhecimento empírico, porque, ao introduzir a diferença, ele abre o espaço onde os *sense data*, os dados sensíveis, vêm ao nosso encontro." (p. 111-112).

⁷ Os outros modos de linguagem existentes na civilização grega, durante a época em que surgiu o discurso filosófico (o *lógos*) eram os modos da poesia épica (o *epos*). Segundo Berge, Heráclito foi um dos primeiros filósofos a tematizar o *lógos* e separá-lo da epopeia, inoculando-se, assim, a busca da verdade. Vejamos um comentário sobre essa separação: "Sem dúvida, o esforço analítico e interpretador tenta enunciar a verdade. Esta, porém, já o percebemos, só procede e só aparece através do *lógos*, nos enunciados e nos atos por ele dirigidos. Do lado oposto, encontram-se os *épea* e *érga*, as falas e as ocupações que aparentam um saber certo e um agir prodigioso, mas, na realidade, são erro e inércia." (1969, p. 71).

pelos conteúdos, mas por uma dimensão anterior que implica a intersubjetividade dos agentes que participam do processo de argumentação.⁸

Uma observação geral sobre as ciências e a filosofia serve como encaminhamento da discussão sobre o que une as diferentes ciências entre si, e o que une as áreas internas da filosofia na forma de uma homogeneidade que constitui a própria filosofia. No caso das ciências, o que as une, além do processo de argumentação, é a região de objetos que remete a um conteúdo empírico. E, no caso das áreas internas da filosofia, o que as une é o processo de argumentação e uma ênfase no tratamento das proposições, quando se privilegia o conteúdo abstrato. Ao contrário das ciências, já que cada ciência se define através de conceitos fundamentais em sua região de objetos, a filosofia mantém uma determinação comum em prol do elemento abstrato, sem uma delimitação prévia de uma região de objetos de estudo. Ou, em outras palavras, a região dos objetos de estudo, em uma área interna da filosofia, pode, em princípio, estar sempre em discussão. Ela não é delimitada previamente. Assim, na filosofia, o processo de argumentação possui um peso maior como elemento distinguidor entre uma área interna e outra.

A determinação comum que percorre as áreas internas da filosofia é o não tratamento de um elemento empírico, pois a filosofia se ocupa com o estudo das condições de possibilidade da compreensão ou do entendimento dos elementos empíricos e, não se ocupa em pesquisar os próprios elementos empíricos. E a ciência, como um todo, se diferencia em suas áreas justamente por se dedicar a diferentes elementos empíricos com os quais se ocupa. A unidade na ciência, de suas áreas distintas, se dá pela utilização do processo de argumentação.⁹ Mas na filosofia é diferente, porque o elemento empírico não está em questão, logo, a diferenciação entre as áreas internas, assume um outro fator que é o processo ao qual ela se submete desde a sua origem: o processo de argumentação. Assim, a distinção entre uma área filosófica e outra está no processo de argumentação. Ele deve ocorrer de forma diferenciada de uma área a outra.

⁸ Uma explicação sobre o que é inferência e as relações entre antecedente e consequente, entre o sabido e o que é alcançado, podem ser encontrados em livros de introdução à lógica como em: Mortari (2001, p. 2-6), Pinto (2001, p. 19-20) e Keller e Bastos (2008, p. 44).

⁹ Essa unicidade sobre o processo de argumentação implica a consecução do princípio fundamental da lógica: se um argumento possui premissas verdadeiras (empiricamente constatáveis, no caso das ciências) e uma conclusão verdadeira (igual e empiricamente constatável), então é um argumento válido.

Para compreender essa diferença nos processos argumentativos, é necessário manter a caracterização geral da argumentação como uma passagem do antecedente para o consequente. E aprofundar essa caracterização com o princípio fundamental da lógica, premissas verdadeiras e uma conclusão verdadeira resulta em um argumento válido. Ora, o valor de verdade como verdadeiro ou como falso, seja nas premissas, seja na conclusão, é decidido pelas áreas internas envolvidas. Essa decisão é relativamente mais complexa do que nas ciências, pois, na filosofia, sem o remetimento ao mundo empírico, a verdade ou falsidade de uma proposição implica um posicionamento justificado por parte do estudioso. Na ciência, a verdade ou falsidade pode ser decidida pela apresentação de dados, mesmo que sejam apenas dados matemáticos.

Certamente, a justificação do posicionamento de um estudioso de filosofia é uma nova forma de mostrar as razões de tal e tal posição. Isso conduz a um prolongamento possível, pois um novo processo pode ser exigido e, assim, sucessivamente. Mas esse movimento ao infinito no âmbito argumentativo pode ser sustado por um apelo à caridade.¹⁰ Diante disso, para evitar o prolongamento sucessivo e o apelo ao princípio da caridade, vamos trabalhar, neste texto, com uma forma fixa de argumentação: duas premissas e uma conclusão. Na relação dessas proposições, vamos aceitar como valor de verdade o valor verdadeiro, sem maiores preocupações em justificar por que uma determinada proposição é verdadeira e não falsa. Vamos proceder dessa forma, porque o que nos importa mostrar é a diferença entre as áreas internas da filosofia através desses processos argumentativos. Uma hipótese importante é a possível existência de forças ou pressões contidas no processo argumentativo e alheias ao princípio básico da lógica: um argumento válido é a passagem do antecedente para o consequente, sendo que todas as proposições são verdadeiras, inclusive a conclusão.¹¹ Para os efeitos desta exposição, vamos aceitar que todas as proposições são verdadeiras.

¹⁰ Walton: “Quando há alguma dúvida ou pergunta, sem levar em conta outros fatores, a interpretação mais justa e racional é a que implica a escolha de uma conclusão que torne o argumento válido (e plausível) em vez de uma que o torne inválido (ou implausível).” (2006, p. 159).

¹¹ Consideramos isso uma forma “forte”, porque um argumento válido pode também ter premissas falsas e uma conclusão verdadeira e, também, premissas falsas e uma conclusão falsa. No caso da filosofia, vamos assumir apenas a forma em que tanto as premissas quanto as conclusões são verdadeiras e, a esse caráter geral verdadeiro das proposições, denominamos essa forma válida de “forte”.

Uma vez estabelecida a diferença fundamental entre filosofia e ciências, então se torna possível percorrer, com maiores detalhes, as distinções que há entre as áreas da filosofia. Diante desse quadro geral, o problema fundamental deste artigo pode ser expresso desta forma: o processo de argumentação, na sua obediência ao princípio fundamental da lógica, sofre consequências determináveis em vista do conteúdo específico de cada área interna da filosofia? Convém acrescentar duas observações esclarecedoras que complementam a pergunta:

- primeiro: essas *consequências determináveis* são as pressões afirmadas como existentes em nossa hipótese. Essas pressões se mostrariam como alheias ao princípio lógico fundamental em um processo de argumentação. Elas podem ser classificadas como internas ou externas, e isso vai depender da forma como se organizam nas proposições do processo de argumentação; e
- segundo: o processo de argumentação se apresenta de forma diferente entre uma área e outra da filosofia. E essa modificação do processo argumentativo representa uma possibilidade de distinção entre uma área e outra. Nesse caso, também nossa hipótese acerca da existência de pressões é importante, porque o processo argumentativo se modifica em função dessas mesmas pressões.

Realizados esses dois esclarecimentos sobre a pergunta principal, nós vamos tentar responder à mesma, utilizando uma estratégia que seleciona apenas duas áreas da filosofia: a ética e a lógica.

Em um enfoque mais restrito, o processo de argumentação possui duas etapas principais: (1) as formas de argumentação são constituídas por relações entre proposições. Essas proposições podem ser partes constituintes de raciocínios, nos quais se mostram sistemas de crenças em atitudes proposicionais de conhecimento. Essas crenças podem ser afirmações descritivas de um estado de coisas no mundo ou mesmo a expressão de um conhecimento justificado sobre fatos; (2) na lógica e na ética, temos proposições com conteúdos distintos: na lógica, o conteúdo é factual (no sentido de descrição de algo) ou teórico e, na ética, o conteúdo é prático.

O desenvolvimento geral desta pesquisa pode ser descrito a partir dos seguintes passos: (a) os limites entre as áreas filosóficas a serem distinguidas. Isso exige um posicionamento do estudioso; (b) as formas de argumentação diferenciadas. Isso deve ser constatado através de uma análise que possua

pontos de partida diferentes; (c) as relações entre proposições. Essas relações devem ser explicitadas através de critérios e regras de inferência, ou ainda, de um outro tipo de passagem: de antecedente para consequente, a ser explicitado; (d) proposições com conteúdos distintos, pois temos, na lógica, um conteúdo factual ou teórico e, na ética, um conteúdo prático, conforme referimos no parágrafo anterior.

Um comentário sobre as alíneas acima mostra que: (a) depende de uma posição – não vamos explorar essa via, pois exige um escopo maior; (b) depende de pontos de partida diferentes – mas são justamente as diferenças entre as áreas que estão em questão, por isso os pontos de partida ainda são inacessíveis; (c) depende de algo a ser explicitado – o que, esperamos, seja uma consequência do nosso presente texto, portanto, essa alínea ainda não pode ser explorada; (d) para os propósitos da resposta à nossa pergunta principal – vamos nos deter apenas na alínea (d), pois essa trata dos conteúdos distintos, o que é uma forma de se direcionar para a distinção entre as áreas, embora ressalvemos que o detetimento no aspecto do conteúdo é menor diante da ênfase que colocamos na argumentação. Além disso, a alínea (d) abrange, de alguma forma, também as alíneas (b) e (c), as quais, se bem-compreendidas, devem contribuir para uma justificação dos limites de uma posição referida pela alínea (a). Detalhamos mais as razões desta escolha na sequência.

O aprofundamento da alínea (d): “Proposições com conteúdos distintos” implicará uma compreensão de como se classificam as proposições do processo argumentativo. As proposições devem remeter à sua origem aristotélica, ou seja, ao modo declarativo – *apophantikos*¹² que afirma algo

¹² Uma nota completa e esclarecedora sobre o que significa *apophansis* encontramos em Nef: “O termo de Aristóteles para proposição é *logos* apofântico ou *apophansis*. Uma *apophansis* é a ação de mostrar, de exibir em plena luz. [...] Um *logos* apofântico é um discurso que mostra, que manifesta, que inventaria. A tradução *propositio* adotou provavelmente o termo de Cícero, que distingue *ex-positio*, *dis-positio*, *com-positio*. *Pro-ponere* é *propor*. É interessante assinalar que as primeiras traduções medievais do *De Int.* traduzem *apophansis* por *oratio* e não *propositio*. [...] Se procuramos precisar o sentido dessas expressões aristotélicas em um contexto moderno, deveremos comparar estas distinções com as distinções estabelecidas atualmente entre frase, proposição e enunciado. [...] Assim, se é preciso distinguir cuidadosamente, por um lado, enunciado e frase, e por outro lado a asserção de enunciado e o seu conteúdo proposicional, não é certo que Aristóteles o faça sistematicamente, e, neste caso, deve-se evitar suprimir uma certa imprecisão terminológica. Propomos traduzir aqui *logos* apofântico por *asserção*, conservando a ambigüidade entre enunciado asserido, frase assertiva, ato de asserir e conteúdo da asserção.” (1995, p. 24-25).

sobre algo com valor de verdade, verdadeiro ou falso. Vamos denominar essa indicação do valor de verdade de uma proposição como a sua “característica veritativa”. E as proposições que, ao serem declarativas, mostram o conhecimento de algo, esse conhecimento é justificado por um conjunto de outras proposições, que podem ser encadeadas em um sistema de crenças da pessoa que as profere. Esse encadeamento pode ser apresentado, ao menos parcialmente, sob uma forma lógica, no qual a característica veritativa das proposições cumpre uma função importante para a consideração do argumento como válido ou não válido. Podemos afirmar que as proposições lógicas possuem uma clareza significativa nas suas apresentações e em seus encadeamentos, dentre os quais optamos pela forma simples de duas premissas e uma conclusão.

Mas a caracterização das proposições éticas é mais complexa. Essa complexidade se mostra na ligação entre o que a proposição afirma e o que uma determinada filosofia moral ou teoria ética defende. Dessa forma, a organização de uma proposição ética pode ter outros efeitos na forma simples de argumento escolhida para nosso presente desenvolvimento (duas premissas e uma conclusão). Além disso, podemos ter em ética proposições prescritivas, proposições imperativas, etc. Uma proposição prescritiva, por exemplo, estará vinculada a um tipo de concepção ética que possui um caráter prescritivo e assim por diante. Entretanto, centralizemo-nos no exemplo da proposição ética prescritiva. Pode ocorrer uma aproximação entre ética prescritiva e ética deontológica. Contudo, a identificação das éticas prescritivas estão mais explicitamente associadas a éticas de fundo dogmático, orientadas pelos cânones tradicionais dos costumes ou por uma filiação religiosa. A opção de nos centralizarmos na proposição ética prescritiva serve apenas como recurso didático, cuja ênfase prescritiva imediatamente destaca esse tipo de proposição de outros tipos que não são proposições com conteúdo ético.

Mas a dificuldade básica em relação às proposições éticas é a sua constituição em um encadeamento específico que nem sempre segue as regras de inferência estabelecidas pela lógica. Isso mostra a diferença das proposições éticas com relação às proposições de fundo teórico (proposições de conhecimento, que possuem a forma declarativa e a característica veritativa).

As proposições éticas precisam de um fundo filosófico que as anteceda. Esse fundo teórico é uma filosofia moral determinada ou uma teoria ética, mas essa complexidade, que é a dependência de um fundo prévio, pode ser

reduzida no processo de argumentação, pela mera aceitação da proposição ética como verdadeira, para efeitos de exposição, tal como adotamos neste texto, dispensando a justificação de base. Então, as proposições éticas podem constar em um encadeamento de proposições, sendo que aquela proposição que possui o conteúdo ético específico (até mesmo na sua forma dogmático-prescritiva) é considerada como verdadeira e pode ser apresentada como premissa e/ou conclusão.

Nesse caso, considerando proposições éticas prescritivas com proposições não éticas, no argumento, podemos ter duas sequências de exemplos genéricos estruturais: a primeira sequência é esta:

1 proposição sobre fatos (crença justificada – conhecimento factual ou teórico);

1.1 proposição sobre fatos (crença justificada – conhecimento factual ou teórico);

1.2 (*conclusão*) proposição ética prescritiva (que não é uma crença, mas sim de fundo prático).

E na segunda sequência temos:

2 proposição ética (que não é uma crença justificada, mas de fundo prático);

2.1 proposição sobre fatos (crença justificada – conhecimento factual ou teórico);

2.2 (*conclusão*) proposição ética (que não é uma crença, mas de fundo prático).

Na primeira sequência, no exemplo de numeração decimal 1, a proposição ética prescritiva aparece no fim do encadeamento. A sua apresentação não é uma decorrência do encadeamento das duas premissas do antecedente, mas essa apresentação ou ocorrência de uma proposição ética no fim do encadeamento lógico do argumento no exemplo 1 é dependente de uma filosofia moral determinada ou teoria ética. Mas onde está esse fundo ético? Ele não está na primeira proposição nem na segunda, ele está fora do antecedente, mas não obstante incide sobre o consequente.

Esse fundo ético (na forma de uma filosofia moral ou teoria ética) é um elemento a mais no processo de argumentação. Isso pode fazer com que tenhamos que ampliar nossa concepção de argumentação. Nesse caso, trata-

se de “um além de...” diante dos conhecimentos teóricos ou factuais expressos no antecedente. Este “ir além de...” pode ser considerado como uma ampliação do processo de argumentação que não reflete o mero encadeamento de relações entre proposições, conforme o princípio básico da lógica. Tal ampliação consideraria a teoria ética como anterior ao encadeamento de proposições e abrangeria todo o conjunto do argumento. E, finalmente, nisso, apresentaria a conclusão sob a forma de uma proposição ética prescritiva. A relação de implicação entre antecedente e conseqüente estaria regida por um critério diferente do princípio básico da lógica, porque a proposição da conclusão se constitui em um tipo distinto: é uma proposição de fundo prático e não factual ou teórico. Esse argumento, como um todo, poderia ser adjetivado como *prático*, diferente do argumento *lógico* ou *teórico*.

Na segunda sequência, no exemplo de numeração decimal 2 em diante, encontramos uma inserção da ética na própria cadeia de proposições. Essa inserção estabelece desde já um foco no agir prático, e sua conclusão segue a mesma direção.

A partir da perspectiva do ponto de vista lógico, a relação entre antecedente e conseqüente é uma relação de condicionalidade, mas fica em aberto: se as relações de condicionalidade são mantidas nas proposições de fundo prático, pois o conteúdo prático estabelece um outro ponto de vista. As relações entre antecedente e conseqüente possuem um tratamento pouco claro no caso da inclusão de proposições com conteúdo prático. Existem lapsos entre as proposições práticas e as proposições de conhecimento factual ou teórico. Porém, afirmar a existência desses lapsos é comprometer-se com uma determinada posição filosófica. A existência desses lapsos – o que é negado por Cavell (1979, p. 323) – forçaria uma revisão das relações de implicação no encadeamento das proposições, pois, no exemplo de número 2, há pelo menos duas proposições de fundo prático. Essas proposições descrevem uma ação que deve ser feita, pois sustentam que há um determinado compromisso em realizar tal ação. Esse compromisso remete à filosofia moral ou a uma teoria ética.

As observações acima mostram que as proposições, com um conteúdo prático, dependem da base filosófica com fundo prático. E os exemplos mostram que o conteúdo prático se insere no argumento através de proposições posicionadas ou nas premissas ou na conclusão, ou ainda, em ambas. A base filosófica ética fica implícita no processo de argumentação.

Um outro elemento complexo, que se associa ao conteúdo das proposições, é a determinação do encadeamento das relações entre as proposições conforme o princípio fundamental da lógica. Na linguagem usual da filosofia e, mais especificadamente, da lógica, deveríamos nomear esse *encadeamento* como *processo inferencial* ou apenas *inferência*. O importante aqui é a passagem das premissas para a conclusão, e que as proposições implicadas são caracterizadas diferentemente: algumas de fundo prático e, por isso, denominadas “proposições éticas” e algumas de fundo factual ou teórico e, por isso, denominadas “proposições de conhecimento”.

Diante de um encadeamento de proposições, onde exista pelo menos uma proposição ética, tal encadeamento somente poderá ser denominado *inferência*, caso a nossa compreensão de *inferência* seja ampliada. Essa ampliação pode ter pelo menos duas orientações: primeira, a base filosófica ética fica externa ao processo, mas determina a conclusão; a segunda, a base filosófica ética fica interna ao processo, porque uma proposição a apresenta, e uma outra proposição, consonante à primeira, constitui a conclusão do processo, e ambas as proposições estão adequadas à mesma base filosófica ética.

Na primeira orientação, temos as relações de implicação entre antecedente e consequente determinadas de forma externa, não pelas relações entre proposições, mas por outro fator que deve ser classificado como principal para a passagem entre antecedente e consequente. Esse fator é a inferência, mas, nesse caso, a inferência não pode ser determinada apenas pelo conteúdo veritativo que perfaz a base para o princípio lógico fundamental: se as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira para que tenhamos um argumento válido. A passagem que se realiza entre proposições que são de conhecimento e proposições práticas, mostra que o próprio processo não é, em rigor, uma inferência lógica, mas uma *inferência prática*.¹³ O importante, nessa inter-relação de proposições de tipos diferentes, é que o processo inferencial assume, mesmo que seja implicitamente, essa base ética, e ela se mostra aquém e além do mero processo inferencial lógico, orientado pelo princípio fundamental. Portanto, há uma influência significativa no processo argumentativo que se utiliza de proposições práticas.

¹³ Alguns autores defendem a existência de inferências práticas. Ver Anscombe (1957, p. 57-67).

Na segunda orientação, temos uma proposição ética colocada no antecedente. Nesse caso, as relações entre as proposições são alteradas pelo conteúdo prático da proposição ética. Esse conteúdo prático, considerado como verdadeiro conforme a forma de argumento que adotamos (posto que todas as proposições envolvidas, inclusive a conclusão são consideradas verdadeiras), faz com que a conclusão do argumento seja uma realização do conteúdo prático colocado na proposição da premissa, ou seja, a conclusão também possui um conteúdo prático na forma de uma consecução prática provinda do antecedente. A proposição com conteúdo prático apresenta uma síntese ou uma máxima de uma base filosófica ética. O processo inferencial que segue o princípio lógico fundamental é perpassado internamente pela relação entre uma das suas premissas e a conclusão. Isso representa, novamente, uma relação independente do processo inferencial meramente lógico. Mas, diferentemente da primeira orientação, a base ética se coloca endogenamente a esse processo, e a relação que orienta a premissa prática com a conclusão também prática altera a dimensão lógica. Essa relação está fundada em uma filosofia moral ou teoria ética implícita no processo do argumento.

Dois outros exemplos, de cunho mais ilustrativo, podem reaperceber os exemplos estruturais (1 e 2) colocados acima. Vamos denominar esses exemplos ilustrativos de 1.A e 2.A, os quais vão apresentar, em algum momento, um conteúdo prático. Para a elaboração das proposições com um conteúdo prático, vamos inserir apenas o conteúdo de um filósofo que tenha trabalhado a ética. A escolha pode selecionar qualquer filósofo insigne. Vamos escolher a filosofia de Kant, e o conteúdo ético específico será a formulação mais livre do imperativo categórico.

Vejamos o primeiro exemplo ilustrativo:

1. A proposição sobre fatos (crença justificada de conhecimento factual ou teórico): há uma velhinha que visivelmente precisa de ajuda para atravessar a rua.

1.1. A proposição sobre fatos (crença justificada de conhecimento factual ou teórico): eu estou em boas condições físicas e tenho tempo disponível.

1.2. A (conclusão) proposição ética (não é uma crença justificada de conhecimento factual ou teórico, mas de fundo prático): eu devo ajudar a velhinha.

Esse exemplo ilustra a primeira orientação comentada acima. As características que corroboram isso são as seguintes: (i) a máxima do imperativo categórico não estava entre as premissas; e (ii) não participou das relações entre proposições. O imperativo categórico e a discussão ética permaneceram implícitas e se colocam aquém e além da minha conclusão.

No outro exemplo ilustrativo temos:

2. A proposição ética (não é uma crença justificada de conhecimento factual ou teórico, mas de fundo prático): age como se a sua ação pudesse ser elevada a uma máxima universal.

2.1. A proposição sobre fatos (crença justificada de conhecimento factual ou teórico): há uma velhinha querendo atravessar a rua, e eu tenho saúde e tempo para ajudá-la (nesse caso, trata-se de uma proposição composta com o conectivo *e*).

2.2. A (conclusão) proposição ética (não é uma crença justificada de conhecimento factual ou teórico, mas de fundo prático): eu devo ajudar a velhinha a atravessar a rua.¹⁴

Esse segundo exemplo ilustrativo mostra que a base filosófica ética penetrou nas relações entre proposições e participou da determinação da conclusão. E podemos acrescentar que isso ocorreu, juntamente com o princípio lógico fundamental, com a validade do argumento, uma vez que as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira. Esse acréscimo será comentado a seguir.

Uma modificação do foco sobre os conteúdos práticos das proposições para o âmbito lógico da averiguação da validade do argumento nos permite visualizar claramente as pressões existentes entre as áreas da ética e da lógica; no primeiro exemplo acima (1.A), o processo válido exige a verdade da conclusão. Isso faz com que a lógica exerça uma pressão para além dos seus limites, uma pressão sobre a ética. Lembramos aqui que, nesse exemplo, somente a conclusão é uma proposição prática. No segundo exemplo (2.A), a lógica não exerce nenhuma pressão, mas apenas mantém o processo de

¹⁴ Tanto o número 1 quanto o número 2 são modificações do exemplo criado por Schueler (1995), em *Why oughts are not facts*.

todo argumento válido, pois a pressão se inverte, a ética força os seus limites e determina que as proposições (tanto a da premissa, quanto a da conclusão) sejam igualmente verdadeiras, e o argumento se torna válido. Apenas sob o ponto de vista lógico, no primeiro exemplo, temos uma força exercida de dentro para fora e, no segundo exemplo, uma força exercida de fora para dentro.

E, agora, retomando somente sob o ponto de vista prático, sustentado por uma filosofia moral ou teoria ética, mas mantendo as relações de inferência entre antecedente e conseqüente, temos uma situação paradoxalmente inversa: somente a conclusão é uma proposição ética (1.A), há uma força exercida de fora para dentro e, onde há mais de uma proposição (uma no antecedente e outra na conclusão), há uma força exercida de dentro para fora. A mudança de perspectiva (lógica ou ética) inverte o sentido das forças exercidas.

Como preparação da conclusão, enfocamos essas *pressões*, que são constatadas quando o argumento envolve proposições que tenham conteúdo prático. A perspectiva do processo argumentativo, de cunho lógico e a perspectiva ética de cunho prático (mas com uma relação inferencial que pode ser denominada “inferência prática”) determinam diferentes e inversas vias das *pressões* exercidas reciprocamente no processo de argumentação. Isso desestabiliza a compreensão habitual de argumento e permite distinguir as duas áreas.

Como conclusão, respondemos afirmativamente que o processo de argumentação de uma área da filosofia, na sua obediência ao princípio fundamental da lógica, sofre sim conseqüências de um conteúdo específico originado de outra área interna da filosofia. Essas conseqüências se mostram como *pressões* (internas ou externas) sobre o processo argumentativo. Essas *pressões* são a confirmação de nossa hipótese, que permite responder afirmativamente à nossa pergunta principal. A existência de elementos alheios ao princípio fundamental da lógica, como, nesse caso, os conteúdos práticos, foi demonstrada na análise estrutural dos argumentos (exemplos 1 e 2) e ilustrada pelos exemplos 1.A e 2.A. Com isso pensamos ter contribuído para compreender filosoficamente a importância da argumentação acerca da diferença existente entre as áreas internas da filosofia.

Referências

- ANSCOMBE, G. E. M. *Intention*. Oxford: Basil Blackwell, 1957.
- BERGE, D. *O lógos heraclítico*. Rio de Janeiro: INL, 1969.
- CAVELL, S. *The claim of reason*. Oxford: University Press, 1979.
- HUSSERL, E. *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Aparecida: Idéias e Letras, 2006.
- KELLER, V.; BASTOS, L. C. *Aprendendo lógica*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MORTARI, C. A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Edunesp, 2001.
- NEF, F. *A linguagem: uma abordagem filosófica*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.
- PINTO, P. R. M. *Introdução à lógica simbólica*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.
- SCHUELER, G. F. Why oughts are not facts (or What the Tortoise and Achilles Taught Mrs. Ganderhoot and Me about Practical Reason). *Mind*, v. 104, issue 424, p. 713-723, oct. 1995.
- STEIN, E. *Pensar é pensar a diferença, filosofia e conhecimento empírico*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.
- WALTON, D. *Lógica informal*. São Paulo: M. Fontes, 2006.

Recebido em 31 de dezembro de 2011.

Aprovado em 14 de fevereiro de 2012.